



ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE DIREITO
DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CADERNO DE PROVA

Curso: DIREITO

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Além deste Caderno de Provas, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala, uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas).

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas, será 03(tres) horas:

- Permanência mínima de 01 (uma) hora após o início da prova;
- O candidato poderá levar seu Caderno de Provas 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;
Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;
Sair do prédio de aplicação das provas portando a Folha de Respostas, documento oficial para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 (cinquenta) questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta (material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas;
- Os 03 (três) últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.



Em qualquer ambiente, dos prédios e nas salas de realização das provas, o candidato deverá utilizar, obrigatoriamente, máscara de proteção facial, cobrindo totalmente a boca e o nariz e bem ajustada ao rosto.

NOME			
INSCRIÇÃO	SALA	IDENTIDADE	ORGÃO/UF

PROVA: DIREITO

Questão 01

A ideia de supremacia da constituição decorre de sua origem. Fruto da Revolução Francesa, reconhece-se o Constitucionalismo como, sendo um movimento político, jurídico, social e ideológico, a partir do qual nascem as constituições nacionais. Esse movimento reconhece a Constituição como autoridade máxima que nasce de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do texto. O fundamento da validade e magnitude da criação de uma Constituição é resultado do Poder

- a) Constituinte Principal
- b) Constituinte Originário
- c) Constituinte Derivado
- d) Absoluto do Estado
- e) Constituinte Derivado Decorrente

Questão 02

Para controlar os atos normativos e a sua adequação aos preceitos constitucionais, existe o mecanismo do controle de constitucionalidade. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O controle de constitucionalidade pressupõe a existência de uma Constituição rígida e soberana, na qual o processo de alteração é mais difícil e solene, a exemplo do Brasil que se submete a este procedimento próprio para reformas nos termos do art. 60.
- b) A edição de uma lei de conteúdo discriminatório afronta o princípio da igualdade presente na Constituição. Nesse caso, estaremos diante de um exemplo de inconstitucionalidade formal, também conhecida como nomodinâmica, que se verifica quando a lei ou ato normativo infraconstitucional apresenta vício em seu processo de formação.
- c) No Brasil, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (Art.102, § 2º).
- d) O sistema de controle de constitucionalidade americano adota a teoria da nulidade, sendo nula a lei inconstitucional.
- e) Contrapondo-se ao sistema americano, o sistema austríaco de controle de constitucionalidade adota a teoria da anulabilidade da norma inconstitucional segundo a qual, a declaração da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo é de natureza constitutiva, afetando o plano da eficácia da norma.

Questão 03

A classificação da Constituição brasileira é feita pelos doutrinadores de forma exaustiva. Considerando o MODO DE ELABORAÇÃO, a EXTENSÃO e à ALTERABILIDADE, podemos dizer que a Constituição de 1988 é:

- a) Dogmática – Extensa - Rígida
- b) Histórica – Ampla – Semirrígida
- c) Dogmática – Analítica – Rígida
- d) Dogmática – Prolixa – Semirrígida
- e) Dogmática – Extensa – Semirrígida

Questão 04

A Administração Pública é regida por princípios expressos ou explícitos, inseridos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, os quais norteiam todo o sistema jurídico nacional e determina atribuições a serem seguidas.

No texto: “Tem como principal objetivo o interesse público, visando a objetividade e a neutralidade na realização das atividades administrativas. O gestor público, no exercício das suas funções deve trazer consigo a ausência de marcas pessoais e particulares, uma vez que o Estado é pessoa política e, aqueles que compõem a Administração Pública devem exercer suas atividades objetivando a realização do interesse público e não o interesse pessoal, proibindo-se, portanto, o subjetivismo”, estamos nos referindo a que Princípio da Administração?

- a) Princípio da Impessoalidade
- b) Princípio da Finalidade
- c) Princípio da Legalidade
- d) Princípio da Eficiência
- e) Princípio da Funcionalidade

Questão 05

A sociedade está em constante mudança e o Direito deve acompanhá-las. Para isso, leis e até a própria Constituição precisam ser modificadas e assim serem capazes de satisfazer os anseios da sociedade. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. A doutrina dominante afirma que a titularidade do poder constituinte pertence ao povo.
- II. O Processo de modificação da Constituição estabelece os limites impostos pelo constituinte originário ao poder constituinte derivado, pois, caso contrário, o derivado poderia ampliar sua esfera de atuação de maneira indefinida.
- III. A exemplo da Constituição Federal do Brasil de 1988, do ponto de vista jurídico-formal, um novo Estado surge em virtude do exercício do poder constituinte originário, que poderá elaborar uma nova Constituição quando se tratar de um Estado novo, ou substituí-la por outra quando o Estado já existir.
- IV. O poder constituinte derivado, criado por meio do poder constituinte originário, é o poder que poderá modificar o texto constitucional por meio de emendas.

V. O poder constituinte derivado possui como características: a Secundariedade, a Subordinação, o Condicionamento e a Continuidade, e tem como espécies: Decorrente, Reformador e Revisor, todas previstas e estipuladas na Constituição, cada uma com características próprias.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Estão corretos os itens II, IV e V
- c) Estão corretos os itens I, II, III e IV
- d) Estão corretos os itens II, III, IV e V
- e) Estão corretos os itens I, II e IV

Questão 06

A Constituição representa a base orientadora de todo ordenamento jurídico. Hans Kelsen idealizou o ordenamento jurídico em forma de pirâmide em cujo topo se encontra a Constituição, norma responsável por estabelecer a organização do Estado, proteger os direitos individuais, as competências dos entes federados, além das premissas básicas dos temas relacionados à educação, meio-ambiente família e muitos outros. Para garantir essa função basilar de orientação e assegurar o seu respeito e cumprimento, surge o Controle de Constitucionalidade que, em outras palavras é definido como um mecanismo corretivo existente no ordenamento jurídico com vistas a verificar a conformidade de um ato em relação à Constituição. Sobre o tema, é incorreto afirmar que:

- a) Não se admite que um ato hierarquicamente inferior à Constituição confronte suas premissas, sob pena de prejudicar a harmonia das próprias normas e gerar insegurança jurídica para os destinatários do sistema jurídico. O mecanismo de controle de constitucionalidade procura restabelecer a unidade ameaçada, considerando a supremacia e a rigidez das disposições constitucionais.
- b) Para que um sistema jurídico funcione, pressupõe-se a existência de ordem, unidade e harmonia entre as partes. Representando a Constituição a base orientadora de todo ordenamento jurídico, o mecanismo de controle de constitucionalidade existe justamente para restabelecer a unidade deste texto normativo frente a possíveis ameaças, tomando como pressuposto a supremacia e a rigidez das disposições constitucionais.
- c) Identificar e coibir a lesão dos direitos e garantias previstos na Constituição de um país é a função do sistema de controle de constitucionalidade. Seu objetivo é assegurar a observância das normas constitucionais e, em consequência, a sua estabilidade e preservação.
- d) Na pirâmide hierárquica das leis, a Constituição é considerada a Lei Maior, localizando-se no ápice da hierarquia das normas. Qualquer instituto normativo que traga dispositivos que contradigam conteúdos previstos na Lei Maior será classificado como

inconstitucional. Por destinar-se a analisar a lesão aos direitos e garantias previstos na Constituição de um país, o controle de constitucionalidade acontecerá sempre de maneira preventiva, impedindo assim que a unidade, ordem, harmonia e supremacia do texto jamais sejam violados.

e) Pode-se afirmar que o Controle de Constitucionalidade decorre da rigidez e supremacia da Constituição, norma que ocupa o topo da pirâmide idealizada por Hans Kelsen e na qual todas as outras normas infraconstitucionais nela vão buscar o seu fundamento de validade.

Questão 07

O Brasil é uma República Federativa. Os doutrinadores que defendem a forma federativa de estado, o fazem principalmente por dois argumentos:

1. Porque o estado federal é mais democrático por permitir uma maior aproximação entre os governantes e os governados;
2. Favorecer à democracia por dificultar a concentração de poder e promover maior integração entre os entes federados.

Abaixo estão enumeradas as características mais presentes em uma Federação, exceto:

- a) Formada pela União de unidades federadas dotadas de autonomia política, administrativa e financeira.
- b) Não poderá haver diferença de tratamento de alguém por ter nascido em um estado ou outro da federação, bem como não haverá necessidade de passaporte para que alguém possa transitar de um estado a outro.
- c) Repartição de competência entre o governo central e os locais onde os Estados federados participam das deliberações da União, inexistindo o direito de secessão.
- d) A base jurídica do Estado Federal pode ser uma constituição ou um tratado, os quais também possuem a força requerida para manter unida uma federação, pois, a exemplo de uma constituição, os estados não podem desobrigar-se da submissão ao documento.
- e) Os vários estados federados são autônomos, contudo, apenas o Estado Federal é considerado soberano.

Questão 08

A existência dos direitos sociais garante aos cidadãos desfrutarem das necessidades básicas de uma vida digna e, com o auxílio de outras leis, amparo em diferentes áreas. A Constituição Federal contemplou em seu artigo 6º os DIREITOS SOCIAIS, identificando-os. Abaixo, as alternativas trazem exemplos destes direitos constitucionalmente nominados no referido artigo. Assinale a alternativa que contempla, em todos os exemplos mencionados, os DIREITOS SOCIAIS, na forma da nossa Constituição:

- a) assistência aos desamparados; alimentação; segurança; previdência social; proteção à maternidade; proteção à infância; trabalho.
- b) Educação; transporte; lazer; segurança; previdência social; repouso semanal remunerado; proteção à maternidade; seguro-desemprego; proteção à infância.
- c) proteção à maternidade; solidariedade; irredutibilidade do salário; proteção à infância; assistência aos desamparados; educação; transporte; lazer; salário-família; licença à gestante.
- d) Transporte; lazer; segurança; liberdade de associação; proteção à maternidade; proteção à infância; assistência aos desamparados; seguro-desemprego; educação; saúde; alimentação; dignidade da pessoa humana.
- e) proteção à maternidade; seguro-desemprego; dignidade da pessoa humana; educação; saúde; licença à gestante; alimentação; trabalho; moradia; transporte; lazer; segurança; previdência social.

Questão 09

O Art. 58 da Constituição Federal, dispõe: "O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação". Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.
- II. As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.
- III. Com relação às atribuições das comissões, caberá, em razão da matéria de sua competência, solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- IV. As comissões parlamentares de inquérito serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente.

Sobre os itens transcritos, pode-se dizer que:

- a) Estão corretos os itens I, II e IV
- b) Estão corretos os itens II, III e IV
- c) Estão corretos os itens II e III
- d) Todos os itens são falsos
- e) Todos os itens são verdadeiros

Questão 10

Algumas atividades profissionais são institucionalizadas pela Constituição Federal brasileira como "FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA". Identifique qual dessas funções essenciais está expressa no texto abaixo e assinale a alternativa que a identifica:

"..... é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal".

- a) Advocacia
- b) Ministério Público
- c) Defensoria Pública
- d) Advocacia Pública
- e) Procuradoria Geral da República

Questão 11

O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei 6.123/68) define regras para o provimento dos cargos públicos, algumas das quais estão transcritas abaixo:

I - Os cargos públicos serão providos apenas por: nomeação, reintegração ou transferência.

II - A nomeação para os cargos públicos será feita: em caráter vitalício, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas; em caráter efetivo, quando se tratar de cargos de classe única ou de série de classes; ou em comissão.

III - Os cargos de provimento em comissão compreendem: cargos de direção e de chefia das repartições públicas; cargos de assessoramento, de Chefe de Gabinete e de Oficial de Gabinete; outros cargos, cujo provimento, em virtude da Lei, dependa de confiança pessoal.

Sobre os itens, pode-se dizer que:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

Questão 12

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB - Decreto-Lei Nº 4.657/42 (Redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010) - trata, no seu Artigo 15, dos requisitos para execução no Brasil de sentença proferida no estrangeiro.

Assinale a alternativa cujo requisito não condiz com o constante no referido Artigo:

- a) A sentença haver sido proferida por juiz competente.
- b) Terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia.
- c) A sentença ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.
- d) A sentença ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) A sentença está traduzida por intérprete autorizado.

Questão 13

José, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, requereu sua remoção para outro departamento no dia 01/02/2019. A autoridade competente deferiu seu pleito, com efeitos a partir do dia 01/05/2019. Ocorre que, no dia 01/04/2019, com base em estudos estratégicos complementares, a mesma autoridade revogou tal ato, alegando excesso de pessoal no departamento de destino e carência no órgão de origem. Inconformado, José impetrou Mandado de Segurança, pretendendo concretizar sua remoção. No caso em tela, ao servidor José:

- a) Não assiste razão, porque a revogação da remoção é um ato administrativo vinculado, que somente pode ser anulado pelo próprio administrador.
- b) Não assiste razão, porque pelo atributo da autotutela, o administrador pode rever seu próprio ato discricionário e revogá-lo caso seja inoportuno.
- c) Não assiste razão, porque, pelo atributo da discricionariedade, o administrador e o Poder Judiciário podem rever o ato administrativo e anulá-lo, caso seja inoportuno.
- d) Assiste razão, porque a revogação da remoção é um ato administrativo vinculado, que somente pode ser anulado pelo Poder Judiciário.
- e) Assiste razão, porque o Poder Judiciário pode, em regra, revogar os atos administrativos inoportunos, mediante o controle do seu mérito.

Questão 14

O Artigo 78 do Código Tributário Nacional define o conceito legal de poder de polícia: “Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”.

Assinale a alternativa correta sobre o poder de polícia:

- a) Ele é passível de delegação a particulares.
- b) Tem, como atributos exclusivos, a discricionariedade e a coercibilidade.
- c) Inexiste vedação constitucional para que pessoas administrativas do direito privado possam exercê-lo na sua modalidade fiscalizatória.
- d) Qualifica-se como atividade positiva da Administração.
- e) Os atos a ele inerentes não se sujeitam ao princípio da anterioridade.

Questão 15

Modalidades licitatórias são os diferentes ritos previstos na legislação para o processamento da licitação. O artigo 22 da Lei 8.666/93 menciona cinco modalidades: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. A Lei 9.472/97 prevê a utilização da modalidade consulta exclusivamente

para o âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Posteriormente, a Lei 10.520/2002 criou outra modalidade licitatória no direito positivo brasileiro: o pregão.

Em relação ao pregão, é possível afirmar que:

- a) Só haverá necessidade de examinar os documentos de habilitação relativos ao licitante vencedor, diferentemente do que ocorre na Lei 8.666/93.
- b) O ato de declaração do vencedor pode ser objeto de recurso por parte de qualquer licitante, que poderá manifestar-se quanto à sua intenção de recorrer tão logo o pregoeiro faça a declaração e a apresentação das razões recursais, no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) A Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão) possibilita a cobrança de taxas e emolumentos, mas veda a exigência de garantia de proposta.
- d) A Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão) admite que os atos essenciais do pregão sejam feitos de forma simplificada, sem a exigência de documentação em processo administrativo respectivo.
- e) A Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão) define que o prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Questão 16

A Lei 8.666/93 define as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, válidos para todas as esferas federativas. O artigo 58 desta lei define as prerrogativas da Administração Pública em relação a estes contratos.

Assinale a alternativa cujo requisito não condiz com o constante no referido Artigo:

- a) A Administração poderá rescindir os contratos, unilateralmente, nos casos de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exarados no processo administrativo a que se refere o contrato.
- b) A Administração poderá, unilateralmente, modificar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- c) A Administração poderá fiscalizar a execução do contrato.
- d) A Administração poderá aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.
- e) A Administração poderá nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

Questão 17

O princípio do devido processo legal está enunciado no artigo 5º, LIV, da Constituição Federal: "Ninguém será privado de liberdade ou de seus bens, sem o devido processo legal". A obrigatoriedade do devido não é só aplicável inicialmente à seara jurisdicional, mas também vincula a Administração Pública.

O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei 6.123/68), no seu TÍTULO VI (Do Processo Administrativo e sua Revisão), regulamenta a disciplina do processo administrativo no âmbito da Administração no Estado de Pernambuco.

Analise as assertivas abaixo e assinale a incorreta.

- a) São competentes para instaurar o processo administrativo o Governador, os Secretários de Estado e os diretores de repartição.
- b) O processo administrativo compreende a sindicância e o inquérito administrativo. A sindicância será instaurada quando a falta funcional não se revele evidente ou quando for incerta a autoria.
- c) A sindicância poderá resultar: no arquivamento do processo, quando comprovada a inexistência de irregularidade imputável ao funcionário; na aplicação da pena de repreensão, quando comprovada a desobediência ou falta de cumprimento do dever; na abertura de inquérito administrativo, nos demais casos.
- d) O inquérito administrativo será promovido por uma comissão composta de 3 (três) funcionários, designada pela autoridade competente.
- e) O inquérito deverá estar concluído, e decidido, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do ato ou portaria de designação da comissão, prorrogável por 30 (trinta) dias, em caso de força maior.

Questão 18

É possível conceituar desapropriação como o procedimento administrativo, pelo qual o Estado transforma compulsoriamente bem de terceiro em propriedade pública, com fundamento na necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, pagando indenização prévia, justa e, como regra, em dinheiro. Para o direito brasileiro, é absolutamente impossível a desapropriação de:

- a) Área situada no subsolo.
- b) Pessoa Jurídica.
- c) Bens públicos.
- d) Seres vivos.
- e) Usufruto.

Questão 19

Uma das modalidades de lançamento é o chamado LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. Nele, a legislação atribui ao contribuinte ou responsável o dever de realizar antecipadamente o pagamento do tributo, sem a necessidade do prévio exame pela autoridade administrativa, a qual, posteriormente, manifestará a sua concordância e o homologará. Considerando que o nascimento da obrigação

tributária foi confirmado, e não tendo a lei fixado diferentemente, o prazo para a homologação será de

- a) 5 anos, contado da data da constituição definitiva do crédito.
- b) 5 anos, contados da data da ocorrência do fato gerador.
- c) 4 anos e 180 dias, contados da inscrição em dívida ativa.
- d) 10 anos e 6 meses, contados da data da ocorrência do fato gerador.
- e) 5 anos, contados do período decadencial.

Questão 20

No estudo da Responsabilidade Tributária verifica-se a seguinte afirmativa: "A solidariedade não comporta benefício de ordem". Significa dizer que

- a) o fisco não poderá dar benefício fiscal a nenhum dos devedores solidários por uma questão de ordem.
- b) o fisco estará autorizado a cobrar o tributo do responsável tributário, por uma questão de ordem legal.
- c) o fisco exigirá o crédito tributário primeiramente do responsável tributário e só depois do devedor solidário, por uma questão de ordem legal.
- d) a qualquer um dos devedores solidários se poderá exigir o pagamento de tributo, sem seguir qualquer ordem.
- e) o tributo será exigido apenas dos devedores que estejam mais diretamente relacionados com o fato gerador.

Questão 21

Nos termos do Art.174 do Código Tributário Nacional temos:

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

A "data da sua constituição definitiva", refere-se à

- a) data da inscrição válida do contribuinte em dívida ativa quando ele é notificado quatro anos depois do julgamento em sede de segunda instância.
- b) data da ocorrência do fato gerador e o nascimento da obrigação tributária.
- c) data do julgamento em sede de primeira instância administrativa onde caiba recurso para a segunda instância uma vez que ainda não fez coisa julgada.
- d) data do prazo decadencial impedindo o fisco de realizar o lançamento por estar o crédito definitivamente constituído.
- e) data da última notificação válida feita ao contribuinte, referente ao crédito para o qual não houve o pagamento devido, e para o qual já não caibam mais recursos, ou o contribuinte deles já tenha feito uso, sem sucesso.

Questão 22

Julgue os itens a seguir:

I. Salvo exceções pontuais, para a apuração do crédito tributário, aplica-se a legislação vigente à época do lançamento do tributo.

II. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

III. A isenção e a anistia, segundo o Código Tributário Nacional, são hipóteses de extinção do crédito tributário.

IV. A revisão de lançamento tributário só pode ser iniciada enquanto não for extinto o direito da Fazenda Pública.

V. É denominado responsável tributário, o sujeito passivo da obrigação tributária principal, que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador e que sofra o ônus financeiro.

Estão corretos apenas:

- a) I, II, III e V
- b) III, IV e V
- c) III e V
- d) II e IV
- e) I, III e IV

Questão 23

Eduardo comprou um imóvel para fins de aluguel e assim, receber uma renda extra. Através de contrato lavrado em cartório acordou com o inquilino Menezes que o pagamento do IPTU seria por ele realizado. Após alguns meses, Eduardo recebe da Prefeitura de sua cidade uma notificação de advertência para a inscrição de dívida ativa, originária de débitos do IPTU daquele imóvel. Sobre o caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) A Prefeitura errou em enviar a cobrança para Eduardo, uma vez que o devedor do tributo é Menezes por estar na posse do imóvel.
- b) A Prefeitura errou em enviar a cobrança para Eduardo, uma vez que, por ter sido o acordo registrado legalmente, o sujeito passivo da obrigação tributária passou a ser Menezes, tornando Eduardo desobrigado do pagamento do tributo devido.
- c) A Prefeitura acertou em cobrar de Eduardo o imposto, uma vez que os acordos particulares, embora funcionem como lei entre as partes, não podem ser opostos à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- d) A Prefeitura acertou em enviar a cobrança para Eduardo que é o sujeito passivo da obrigação tributária e Eduardo, em nenhuma hipótese, poderá cobrar de Menezes o valor referente ao acordo que não foi honrado.

e) A Prefeitura poderá cobrar o imposto devido de Menezes e Eduardo indistintamente, uma vez que, pelo contrato, tornaram-se contribuintes solidários da obrigação tributária relativa ao IPTU.

Questão 24

Em 2019, a empresa Refrigerados Ltda deixou de pagar ao Estado de Pernambuco o valor corresponde ao ICMS. Reconheceu o débito e solicitou parcelamento do montante devido em 60 meses. Meses depois, surgiu a oportunidade de participar de uma licitação e solicitou do fisco estadual uma certidão negativa, para poder concorrer ao certame. Nestas circunstâncias

- a) a empresa Refrigerados Ltda não tem direito à certidão negativa, e a não quitação total do parcelamento, habilita o fisco a exigir o restante devido e inscrevê-lo na dívida ativa.
- b) a empresa Refrigerados Ltda só terá direito à certidão negativa após a realização de uma nova fiscalização que possa atestar a regularidade fiscal
- c) a empresa Refrigerados Ltda não tem direito à certidão negativa, uma vez que o parcelamento tem o condão de colocar o empresário na condição de contribuinte inadimplente.
- d) a certidão negativa não poderá ser concedida até que toda dívida seja paga aos cofres estaduais.
- e) a empresa Refrigerados Ltda tem direito à certidão positiva com efeito de negativa. Trata-se de uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Questão 25

Para realizar atividades de interesse público e movimentar a máquina administrativa, o Estado Moderno necessita de mecanismos que possibilitem auferir dinheiro para atender às necessidades públicas definidas em um processo político, amortizando assim as despesas por ele contraídas. As receitas públicas representam a entrada de recursos nos cofres públicos de forma definitiva e assumem importante papel na manutenção dos serviços públicos prestados pelo Estado. Possui várias classificações, inclusive previstas pela própria legislação, como é o caso da Lei n. 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/2000.

Sobre o tema, identifique abaixo a alternativa em que a identificação do tipo de receita não corresponde à definição transcrita:

- a) São denominadas RECEITAS CORRENTES as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- b) São RECEITAS DE CAPITAL as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de

bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

c) A classificação das RECEITAS ORDINÁRIAS tem origem doutrinária e diz respeito à periodicidade com que ingressam nos cofres públicos, ou seja, são as receitas públicas recebidas com regularidade, e por essa razão, são utilizadas para atender às despesas regulares do Estado. São exemplos de receita ordinária aquelas provenientes da arrecadação de tributos.

d) As RECEITAS ORIGINÁRIAS são aquelas decorrentes da exploração do bem público. Na sua obtenção, o ente público atua através de um acordo de vontades, como se um empresário fosse, e não por meio de seu “poder de império” ou soberania estatal. Em consequência, inexistente coerção na sua instituição, a exemplo de uma locação de um bem público.

e) RECEITA DERIVADA está representada pelos valores repassados à administração pública, restituíveis ou não. Por sua natureza transitória, poderá não acrescer o patrimônio estatal, como por exemplo, os empréstimos públicos.

Questão 26

Formada pelos créditos tributários ou não tributários da Fazenda Pública, é ato burocrático que visa revestir de certeza e liquidez, o crédito definitivamente constituído e não recolhido, após esgotado o prazo final para pagamento fixado pela lei ou por decisão final em processo administrativo regular. O texto é a definição

- a) da dívida ativa
- b) dos tributos
- c) dos precatórios
- d) do débito público
- e) dos protestos públicos

Questão 27

Acerca do recurso de Agravo de Instrumento, seu cabimento, instrução e procedimento, assinale a alternativa correta.

- a) Nos casos em que seja necessária a intervenção do membro do Ministério Público, o relator determinará sua intimação para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias.
- b) Se, em um processo físico, a parte agravante deixar de instruir o recurso com a cópia da petição inicial do processo, deve o relator inadmitir o recurso.
- c) Caberá agravo de instrumento contra qualquer decisão interlocutória proferida na fase de liquidação de sentença.
- d) O agravo de instrumento será dirigido ao juízo de primeiro grau que, após juízo de admissibilidade, o remeterá ao tribunal competente.
- e) Se os autos forem eletrônicos, o agravante deverá requerer, no prazo de 3 (três) dias a contar da

interposição do recurso, a juntada, aos autos do processo principal, de cópia da petição de agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, sob pena de inadmissibilidade.

Questão 28

As intervenções de terceiros sofreram grandes alterações com a entrada em vigor do CPC/15, principalmente no que diz respeito à quantidade de espécies de intervenções expressamente previstas na Lei Processual.

Com relação às intervenções de terceiros no processo civil, marque a alternativa incorreta:

- a) Em um incidente de descon sideração da personalidade jurídica, se o pedido de descon sideração for acolhido, a alienação ou oneração de bens, havida em fraude de execução, será nula em relação ao requerente.
- b) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que pelo estado em que recebeu o processo ou pelas declarações e pelos atos do assistido, foi impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença ou que desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.
- c) O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.
- d) No chamamento ao processo, sentença de procedência valerá como título executivo em favor do réu que satisfizer a dívida, a fim de que possa exigi-la, por inteiro, do devedor principal, ou, de cada um dos codevedores, a sua quota, na proporção que lhes tocar.
- e) No tocante à denúncia da lide, admite-se uma única denúncia sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denúncia, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.

Questão 29

A jurisdição pode ser conceituada como a atuação estatal para aplicação do direito objetivo ao caso concreto, visando a solução da crise jurídica com definitividade e objetivando a pacificação social.

Face o conceito exposto, assinale a alternativa correta sobre o tema:

- a) Entre os equivalentes jurisdicionais, pode ser citada a mediação, que é uma forma alternativa de solução de conflitos onde há o sacrifício total ou

parcial dos interesses das partes envolvidas na crise jurídica.

b) Uma das principais características da jurisdição é seu caráter substitutivo, segundo o qual a jurisdição substitui a vontade das partes pela vontade da lei no caso concreto. Tal característica é essencial à existência da jurisdição.

c) O princípio da inércia da jurisdição é uma das mais importantes bases do devido processo legal, posto que garante a imparcialidade judicial, de modo que não comporta exceções.

d) A inafastabilidade da jurisdição, ou princípio da inafastabilidade, em um de seus aspectos, significa que o interessado pode provocar o Poder Judiciário em razão de lesão ou ameaça de lesão a direito, não sendo obrigado a procurar, antes disso, os possíveis mecanismos administrativos de solução de conflitos.

e) A autotutela não é mais admitida no direito processual moderno.

Questão 30

Adamastor ajuizou uma ação de cobrança em face de Irineu, Jonas, Márcia e César.

Após o recebimento da exordial, onde o autor informava não ter interesse em conciliação ou mediação, o juízo, após analisar os pressupostos processuais e condições da ação, determinou a citação dos réus para comparecimento à audiência de conciliação e mediação, marcada para dia 14/12/2020. Todos os réus foram citados em 26/10/2020 (segunda-feira).

Em 27/10/2020 (terça-feira), Márcia peticionou informando que não possuía interesse na realização da audiência. Da mesma maneira, agiram os demais réus, tendo Irineu, informado do desinteresse na audiência no dia 03/11/2020, César no dia 05/11/2020 e Jonas no dia 20/11/2020.

Ante a situação hipotética, acima exposta, pode-se afirmar corretamente que o termo inicial dos réus para apresentação de contestação, caso o façam, será:

a) A data da audiência de conciliação ou de mediação, que deverá ocorrer de qualquer forma, tendo em vista ser norma de ordem pública.

b) A data do protocolo do primeiro pedido de cancelamento da audiência, feito por Márcia em 27/10/2020.

c) A data do protocolo do último pedido de cancelamento da audiência, feito por Jonas no dia 20/11/2020.

d) O dia útil seguinte à data da juntada aos autos do aviso de recebimento da citação dos réus.

e) A data, para cada um dos réus, da apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência.

Questão 31

Marque a assertiva incorreta, segundo a Lei de Execuções Fiscais (Lei 6830/1980):

a) Não sendo embargada a execução ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra

ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, remir o bem, se a garantia for real.

b) A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.

c) O despacho do Juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição.

d) O executado poderá oferecer embargos em 30 (trinta) dias, os quais, recebidos, será a Fazenda intimada para impugná-los em 30 (dias), designando, o juiz, em seguida, audiência de instrução e julgamento.

e) Após o despacho que deferir a petição inicial, o executado residente no país será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos, indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.

Questão 32

Prova é todo elemento pelo qual se procura mostrar a existência e a veracidade de um fato. Sua finalidade, no processo, é influenciar o convencimento do julgador.

Acerca das provas no processo civil, assinale a alternativa correta:

a) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, deverá necessariamente provar-lhe o teor e vigência.

b) A arguição de falsidade deve ser suscitada obrigatoriamente na contestação ou réplica sob pena de preclusão e, uma vez arguida, será resolvida como questão incidental, salvo se a parte requerer que o juiz a decida como questão principal.

c) O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 15 (quinze) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

d) Não se admite prova testemunhal quando o credor não pode ou não podia, moral ou materialmente, obter a prova escrita da obrigação, em casos como o de parentesco, de depósito necessário ou de hospedagem em hotel ou em razão das práticas comerciais do local onde contraída a obrigação, sendo necessária a produção de ata notarial.

e) As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que sejam plenamente capazes e a causa possa ser resolvida por autocomposição.

Questão 33

Com relação ao sistema de nulidades exposto no Direito Processual Civil, julgue os itens abaixo:

I. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, salvo quando a nulidade deva ser decretada de ofício pelo juiz ou quando a parte provar legítimo impedimento à alegação.

II. Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subseqüentes que dele dependam, todavia, a

nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

III. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

IV. Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

Estão corretos apenas:

- a) I, II, III e IV
- b) I e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) I, III e IV

Questão 34

A remessa necessária é uma das prerrogativas da Fazenda Pública em juízo e, sobre ela, podemos afirmar corretamente que:

- a) Não se aplica a obrigatoriedade de remessa necessária, quando a sentença estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante, firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em súmula administrativa.
- b) Salvo quando estiver firmada em súmula de tribunal superior ou em acórdão de julgamento de recursos repetitivos, sentenças proferidas contra União, Estados, Distrito Federal ou Municípios devem ser confirmadas pelo tribunal para que produzam efeitos.
- c) Não se aplica a obrigatoriedade da remessa necessária quando a condenação ou proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 500 (quinhentos) salários mínimos para as sentenças proferidas contra a União.
- d) Toda sentença que julgue procedente, em todo ou em parte, embargos à execução fiscal, estão sujeitas à remessa necessária.
- e) Caso haja a necessidade da remessa necessária e o juiz não a realize, deverá a Fazenda Pública interpor recurso de apelação sob pena de preclusão e trânsito em julgado do feito.

Questão 35

Marque a alternativa correta com relação ao contrato individual de trabalho e as regras contidas na CLT – Consolidação das Leis de Trabalho.

- a) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, não o podendo ser para prestação de trabalho intermitente.
- b) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 1 (um) ano, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

c) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados, desde que tenha sido ajustada cláusula específica nesse sentido.

d) Não pode haver contratação como autônomo, sob pena de ser considerada fraude aos preceitos contidos na Consolidação de Leis do Trabalho e a consequente caracterização do vínculo empregatício.

e) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.

Questão 36

O direito às férias, tido como alguns como Direito Fundamental, tem o objetivo de proporcionar ao trabalhador um tempo mais prolongado e necessário de repouso que aqueles previstos pelos descansos diários e semanais estabelecidos em lei.

Acerca deste instituto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- b) É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- c) Não poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa.
- d) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.
- e) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.

Questão 37

O contrato de trabalho, por ser bilateral ou sinalagmático, gera deveres e obrigações para cada uma das partes, sendo a obrigação principal do empregador a de pagar a remuneração ajustada.

Sobre as regras da remuneração constantes na Consolidação das Leis de Trabalho, marque a alternativa incorreta:

- a) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.
- b) Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquela que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
- c) Ao empregador é terminantemente vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado.
- d) As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem,

prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

e) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade, sendo considerado, para tais fins, trabalho de igual valor como aquele feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.

Questão 38

Age de maneira correta o empregador que, alegando justa causa, demite seu empregado por motivos de:

- a) Ter, uma vez, praticado jogos de azar nos arredores do estabelecimento profissional.
- b) Perda, por conduta culposa, da habilitação ou de requisitos para exercício da profissão.
- c) Abandono de emprego, que pode ser presumido se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.
- d) Prática de atos atentatórios contra a segurança nacional, independentemente de inquérito administrativo.
- e) Condenação criminal do empregado, mesmo que ainda não transitada em julgado.

Questão 39

Cristina e Renata trabalham juntas, para o mesmo empregador.

Em 13/12/2019 Renata engravidou e, uma semana depois, Cristina adotou uma criança com 1 (um) mês de vida.

No tocante à estabilidade provisória, podemos afirmar corretamente que:

- a) Renata terá garantida sua estabilidade até o nascimento de seu filho, mas o mesmo não se aplica a Cristina, pois a estabilidade provisória restringe-se à gestante.
- b) Renata terá garantida sua estabilidade até 5 (cinco) meses após o nascimento de seu filho, mas o mesmo não se aplica a Cristina, pois a estabilidade provisória restringe-se à gestante.
- c) Renata terá garantida sua estabilidade até 3 (três) meses após o nascimento de seu filho, mas o mesmo não se aplica a Cristina, pois a estabilidade provisória restringe-se à gestante.
- d) Ambas terão direito à estabilidade provisória no emprego a partir da confirmação da gravidez e da concessão da guarda provisória da adoção, respectivamente.
- e) Nenhuma das duas terá direito à estabilidade provisória no emprego.

Questão 40

Umberto ajuizou uma reclamação trabalhista, perante a 73ª Vara do Trabalho de Araripina requerendo o reconhecimento de seu vínculo trabalhista com a Sociedade de Economia Mista Copinhos S/A. O juiz do trabalho declarou-se incompetente, remetendo os autos à Justiça Federal Comum que, por sua vez, também deu-se por incompetente, afirmando que o processo discutia vínculo empregatício. A competência para julgar o referido conflito de competência entre juiz federal e o juiz do trabalho será do

- a) Tribunal Regional do Trabalho
- b) Supremo Tribunal Federal
- c) Superior Tribunal de Justiça
- d) Tribunal Regional Federal
- e) Tribunal Superior do Trabalho

Questão 41

Sobre os recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- b) Cabe recurso de revista por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à Constituição Federal nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- c) Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.
- d) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- e) Das decisões proferidas em dissídio individual que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Questão 42

Considerando o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, com relação ao curso dos prazos processuais nos dias entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, é correto afirmar que serão contados:

- a) Incluindo este último, suspendem-se, não se permitindo a realização de audiências e sessões de julgamento durante o prazo suspenso.
- b) Com exclusão deste último, suspendem-se, não se permitindo a realização de audiências e sessões de julgamento durante o prazo suspenso.
- c) Com exclusão deste último, interrompem-se, não se permitindo a realização de audiências e sessões de julgamento durante o prazo suspenso.
- d) Incluindo este último, interrompem-se, não se permitindo a realização de audiências e sessões de julgamento durante o prazo suspenso.
- e) Incluindo este último, suspendem-se, sendo permitidas a realização de audiências e sessões de julgamento durante o prazo suspenso.

Questão 43

Considerando que haja uma execução trabalhista em face da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos de execução de sentença contra pessoa jurídica de direito público, os juros e a correção monetária serão calculados até o pagamento do valor principal da condenação.
- b) O sequestro de verbas públicas para pagamento de dívida trabalhista pode ser determinado de ofício, como primeira medida judicial destinada à satisfação do crédito.
- c) As obrigações consideradas por lei como de pequeno valor não estarão sujeitas ao precatório.
- d) Contra as decisões proferidas na execução contra a Fazenda Pública será cabível Recurso Ordinário no prazo de 8 (oito) dias.
- e) O prazo para a Fazenda Pública embargar a execução é de 5 (cinco) dias.

Questão 44

A reclamação trabalhista é a ação judicial movida pelo autor em face do réu, visando assegurar direitos oriundos da relação empregatícia.

Acerca do regramento da Reclamação Trabalhista na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) A reclamação poderá ser escrita ou verbal.
- b) A reclamação pode ser apresentada por intermédio das Procuradorias Regionais da Justiça do Trabalho.
- c) É possível a apresentação da reclamação trabalhista pelos empregadores ou por seus representantes, mas não pelos sindicatos de classe.
- d) Onde houver mais de um juízo, a reclamação será preliminarmente sujeita à distribuição.
- e) A reclamação, escrita, deverá trazer pedido certo, determinado e com indicação de seu valor, sob pena de ser julgada extinta sem resolução de mérito.

Questão 45

Cláudio desapareceu de seu domicílio sem dar notícia e sem deixar representante ou procurador para administrar seus bens. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O requerimento para que a ausência seja declarada, apenas pode ser redigido por seus familiares, ascendentes ou descendentes, e, o juiz ou o Ministério Público poderão declará-la.
- b) A declaração de ausência independe de decisão judicial.
- c) Na declaração de ausência em que o ausente tenha deixado mandatário que se recuse a continuar o mandato, o juiz assumirá o seu papel, por tratar-se de ação voluntária que corre em segredo de justiça.
- d) O juiz declarará a ausência e nomeará curador quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.
- e) Em virtude da união indissolúvel do casamento, em qualquer circunstância, o juiz nomeará como curador o cônjuge do ausente para representá-lo e administrar os bens do casal, ainda após havida a separação judicial devidamente homologada.

Questão 46

Ricardo Negrão em seu livro Manual de direito empresarial (2019), conceitua sociedade como o “contrato em que pessoas reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados”. O início de uma sociedade empresarial tem sempre o sonho da lucratividade e sucesso. Contudo, nem sempre isso é possível e o desfazimento do empreendimento muitas vezes é o melhor caminho. A dissolução total da sociedade é verificada quando são encerrados todos os vínculos da sociedade contratual. O assunto está devidamente tratado no Código Civil. Assinale abaixo a alternativa que traz uma afirmação incorreta sobre o tema:

- a) Dissolve-se a sociedade quando, por determinação legal, for extinta a sua autorização para funcionar.
- b) Dissolve-se a sociedade pelo consenso unânime dos sócios.
- c) Regra geral, dissolve-se a sociedade pelo vencimento do prazo de duração, salvo as exceções previstas em lei.
- d) Tratando-se de sociedade de prazo indeterminado, sua dissolução se dará pela deliberação dos sócios em maioria absoluta.
- e) As sociedades empresárias se iniciam a partir da vontade deliberada de pessoas e, por essa razão, não poderá ser dissolvida judicialmente.

Questão 47

A presença de um objeto em uma relação jurídica é imprescindível para que alguém exerça a sua pretensão subjetiva. Regra geral, o objeto de uma relação jurídica é um bem e na classificação dos BENS IMÓVEIS, temos como verdadeiro que

- a) os imóveis por natureza são aqueles que o homem incorpora permanentemente ao solo como as incorporações, construções, sementeiras, plantações acrescentadas ao solo, obras, cercas divisórias, etc.
- b) perdem o caráter de imóvel as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, bem como os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- c) bens imóveis são aqueles que não podem ser transportados de um lugar para outro sem que sua substância seja alterada, contudo, as árvores destinadas ao corte bem como aquelas plantadas em vasos, não são classificadas como imóveis e sim como móveis por antecipação.
- d) imóveis por determinação legal estão representados pelo solo, sua superfície, espaço aéreo; plantas ligadas ao solo por raízes, como também o subsolo, observadas as exceções legais. Compreendem os bens componentes do solo e tudo que a ele adere.
- e) quando a lei considera determinado bem como imóvel para que determinadas relações jurídicas tenham maior segurança, será ele chamado de imóvel por acessão física ou material.

Questão 48

O Código Civil Brasileiro (2002), no seu artigo 1.142, considera Estabelecimento Empresarial todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária. Nos artigos seguintes, este Código traz outras afirmativas e considerações sobre o tema. Nas alternativas abaixo, assinale a incorreta.

- a) O estabelecimento pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
- b) O adquirente do estabelecimento responde apenas pelo pagamento dos débitos posteriores à transferência, continuando alienante a responder pelo pagamento dos débitos anteriores.
- c) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.
- d) Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal.
- e) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento

da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.

Questão 49

O Artigo 5º do Código Civil preceitua que “A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil”. E continua no seu Parágrafo Único com as alternativas em que cessará, para os menores, a incapacidade. Assinale o item cuja alternativa não se encontra nas alternativas trazidas pelo Código Civil Brasileiro.

- a) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) Pelo casamento.
- c) Pelo exercício de emprego privado efetivo.
- d) Pela colação de grau em curso de ensino superior.
- e) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Questão 50

O Código Civil Brasileiro, no artigo 1.052, reza que “Na _____, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social”. Estamos diante de que tipo societário? Assinale a alternativa correta.

- a) Sociedade Anônima.
- b) Sociedade em Comandita Simples.
- c) Sociedade em Conta de Participação.
- d) Sociedade Simples.
- e) Sociedade Limitada.